

“Reativação da economia depende do ingresso de recurso externo”

por Cláudia Safatle
de Brasília

O “marasmos” atual da economia brasileira só deverá se reverter quando o acerto externo produzir efetivo ingresso de recursos dos bancos credores, das agências oficiais do Clube de Paris e do governo japonês. Como, na concepção da área econômica do governo, isso ocorrerá se acompanhado de um ajuste interno do déficit público, a equação da recuperação econômica do País se fecharia deste ano para o começo do ano que vem.

Depois de fecharmos um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ou mesmo paralelamente à negociação desse acordo, os setores da economia começarão a formar uma expectativa mais favorável, que poderão se agigantar com o acerto posterior com o Clube de Paris e a abertura dos créditos das agências oficiais (Eximbank). Se essas etapas forem cumpridas e houver um sucesso da política econômica, a demanda interna vai crescer”, segundo avaliação do ministro interino da Fazenda, Paulo César Ximenes Alves Ferreira, a este jornal.

E nesse contexto que se discute a possibilidade do excesso de liquidez, que parece existir hoje no sistema financeiro, se transforme em consumo e cause uma explosão de demanda. Se essas expectativas se concretizarem, o Banco Cen-

tral (BC) precisará de um instrumento — um papel, um título — que funcione como mecanismo de enxugamento da liquidez. “A LFT (Letra Financeira do Tesouro) não é um título adequado para retirar a liquidez da economia porque representa um custo muito alto para o Tesouro Nacional”, concordou o ministro interino, em conversa com este jornal.

LEILÃO

Ximenes evitou entrar na avaliação do polêmico leilão de OTN realizado no último dia 23 de março, pelo BC, mas assinalou que “com a demanda muito baixa, como está atualmente, não há necessidade de se ativar a política monetária no curto prazo e nem jogar as taxas de juro para cima”. Considera, porém, acertada a preocupação do BC em se precaver diante da possibilidade de, de um momento para o outro, o estoque de liquidez, que circula principalmente no “overnight” (algo na faixa de US\$ 4,5 bilhões, somando-se os depósitos voluntários no BC) se virar para a economia real e produzir uma extração do consumo interno. “Esse é o papel do BC. Ele tem que ficar atento e dispor de um instrumento para utilizar uma política monetária mais agressiva, quando for necessário.”

Preocupação que se reforçaria com a possibilidade de o país obter neste ano um superávit comercial recorde, estimado em algo

próximo a US\$ 15 bilhões. “É claro que um superávit desse tamanho acaba dando problemas à política monetária”, concordou Ximenes, sem apontar para um caminho alternativo, de indução ao aumento das importações. Afinal, lembra o ministro interino, não existe hoje restrições às importações. “Esse aumento é até desejável”, admitiu, mas ele está atrelado a todas as dificuldades externas que o País atravessa. Na hora que os Eximbank voltarem a financiar as importações, elas certamente crescerão.

DEFICIT

Ele explicou que, diante do tamanho do déficit do setor público brasileiro, “é muito difícil que um mecanismo de sintonia fina, como é a política monetária, funcione a contento”. Assinalou, também, que, deixando de lado as ilusões, “o Banco Central (BC) vai aumentar o custo da dívida interna quando tiver de praticar uma política monetária mais agressiva, para enxugar um excesso de demanda”.

A questão da volta das OTN está sendo cuidadosamente avaliada pelo Ministério da Fazenda, mas ainda não se dispõe de uma opinião conclusiva sobre o assunto. Ximenes disse que uma corrente defende que as LFT sejam financiadas no “overnight” e que as OTN sejam remuneradas pelo mercado, nos leilões. Assim, a taxa de rentabilidade do título será maior ou menor do que do “over”, dependendo da expectativa inflacionária formada no leilão se concretizar ou não. “Aí, nós poderíamos ir abrindo os deságios”, sugeriu.

Na direção de preparar as condições para uma eventual necessidade de vetar a transformação da liquidez em consumo, o ministro interino não descar-



Paulo César Ximenes

ta a possibilidade da criação de um depósito voluntário do sistema bancário junto ao BC, a prazo fixo, nos moldes do depósito existente hoje para as Sociedades de Crédito Imobiliário (SCI), que têm prazo de carência de trinta dias e é corrigido pela correção monetária mais 6,3% ao ano. Esse depósito voluntário poderia ter prazo e taxa diferentes das SCI e não traria embutido um efeito indesejável de aumentar o custo da dívida pública interna, pois não seria realizado com títulos da dívida nem afetaria as taxas do “overnight”.

INFLAÇÃO DE ABRIL

Ximenes explicou que, diante das dificuldades do IBGE que, com a greve de seus funcionários, se viu impossibilitado de coletar os dados de preços da última semana que compõem o índice de abril, a instituição vai fazer uma “interpolação” entre as quatro semanas para tirar uma média que será a inflação de abril. Esse é um recurso técnico normal que todas as instituições de pesquisa de índice de preços utilizam quando enfrentam algum problema na coleta de dados. “É uma técnica estatística, apenas”, acen-tuou.